

Produtividade é baixa

BRASÍLIA — Ao eleger 1996 como o Ano da Educação, o governo tem pela frente um quadro crítico. O próprio ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reconhece a baixíssima produtividade do sistema educacional do país, traduzida por elevados índices de repetência e evasão, que consomem quase um terço do que é gasto em educação.

Mesmo com os esforços feitos nas últimas décadas para erradicar o analfabetismo, 19,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não sabem ler e escrever. O Brasil também enfrenta a constrangedora situação de apresentar, entre os países da América Latina, percentual de matrículas no ensino médio dos mais baixos: apenas 15% da população de 15 a 18 anos freqüentam escolas.

As distorções na área da educação reproduzem o quadro da má distribuição de renda no país. Enquanto o custo de um aluno por ano nas regiões mais ricas atinge R\$ 800, nas áreas mais pobres os recursos encolhem drasticamente, atingindo R\$ 50. Somam-se a isso a remuneração aviltante e a formação precária dos professores de 1º e 2º graus.

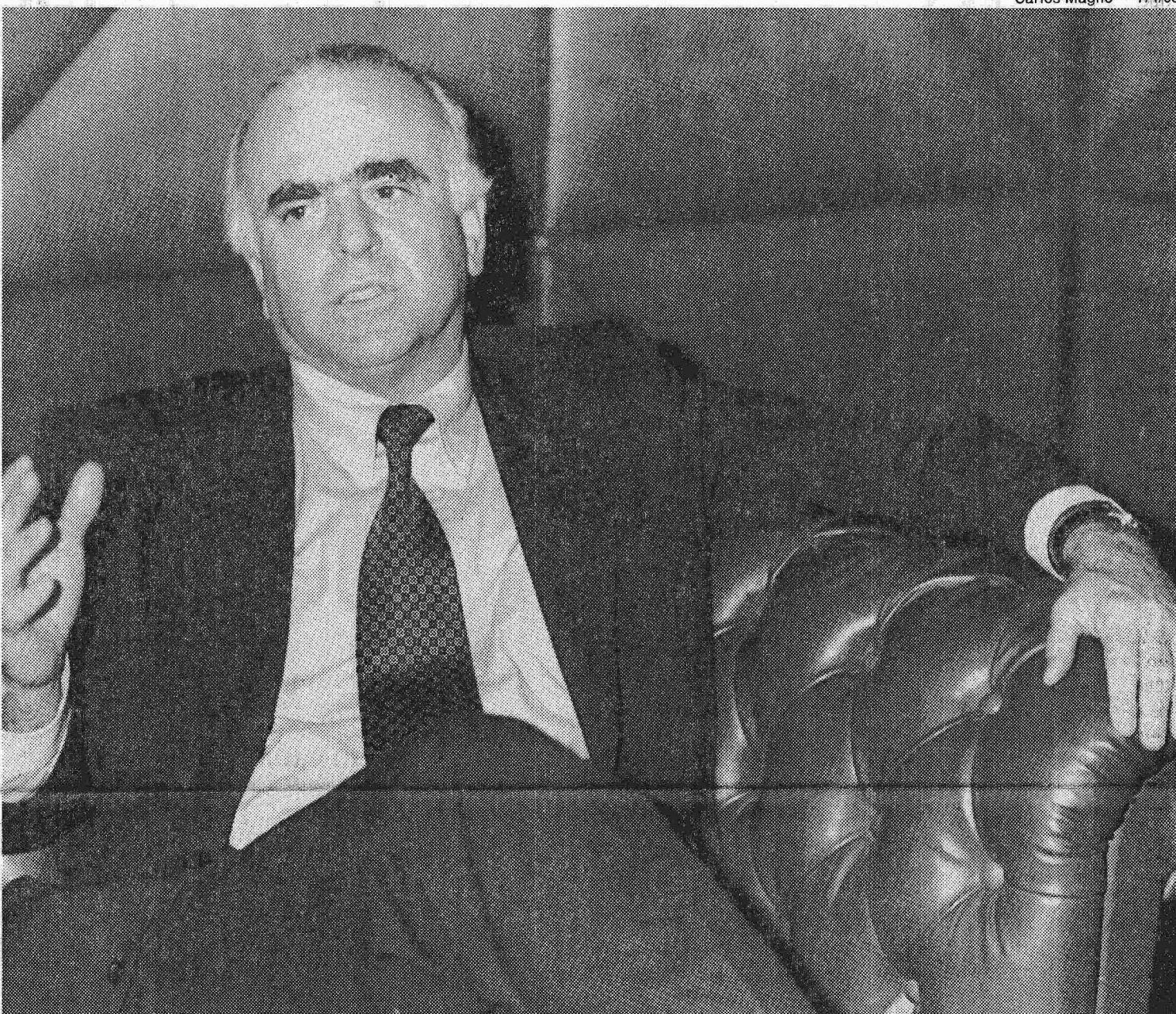
Os recursos destinados à educação dificultam um programa mais ambicioso: para 1996, o orçamento previsto é de R\$ 10,59 bilhões. No entanto, para o ministro Paulo Renato, o problema não deve ser visto somente em função dos recursos escassos. "Não está havendo uma aplicação plena daquilo que a Constituição determina como mínimo disponível para a educação", aponta o ministro. As verbas, seguidamente, têm sido desviadas para as mais diver-

sas finalidades. "Também ocorre um grande desperdício de recursos em face da ausência de coordenação e o emperramento da máquina burocrática", constata Paulo Renato.

Essas dificuldades são reforçadas no documento *A nação convocada — compromisso nacional pela educação básica*, assinado por educadores, políticos, governadores, jornalistas e bispos. O documento chama atenção para a gravidade do quadro educacional no Brasil, e propõe a mobilização do governo e da sociedade civil. Reforçando a intenção de dar prioridade ao ensino básico, o documento assinala que, historicamente, educação básica nunca foi, de fato, colocada em primeiro plano, e que "não se pode mais tolerar esta situação".

Metas — Entre os pontos destacados no documento como prioritários estão: eliminação da repetência, da evasão escolar e do analfabetismo; garantia de condições mínimas de aprendizagem — livros e materiais didáticos, TV Escola, alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental; qualificação de todos os professores leigos e progressiva formação, em nível superior, do magistério do ensino fundamental; garantia de atendimento escolar a toda a faixa etária obrigatória.

Para melhorar a distribuição de recursos, o governo se compromete a fazer um investimento mínimo por ano, para cada aluno, nunca inferior a R\$ 300. Também se destaca a garantia de piso salarial para o professor e a ampliação progressiva dos recursos públicos para o ensino obrigatório. (E.L.)



Paulo Renato reconhece que ocorre "grande desperdício" de recursos por "ausência de coordenação e emperramento da máquina".